



Sindicato dos Trabalhadores
de Arqueologia - STARQ

Número 6

Julho 2021

Nesta edição:

- O Sector da Arqueologia e o Salário Mínimo Nacional. 2
- Iniciativas e Participações do STARQ. 2
- 3ª fase da pandemia Covid-19.

- Novos protocolos do STARQ. 3
- Contratações na DGPC.

- PRR - Apreciação do STARQ submetida à consulta pública.
- Apoios COVID aos trabalhadores independentes. 4
- Acção conjunta STARQ / FEVICOM.

- 8ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH). 5
- O STARQ e o património arqueológico: o caso do vandalismo no Côa.
- A nossa voz: 1º de Maio.

- Eleição de delegados sindicais.
- O Teletrabalho.
- Acções contra as práticas de sexismo, abuso e assédio sexual em contexto laboral. 6

- Comissão Parlamentar. 7

INTERFACE

BOLETIM INFORMATIVO

Editorial

Mais um semestre decorrido com a pandemia da Covid-19, a primeira metade do mesmo passado em estado de emergência, durante a qual a grande maioria dos profissionais de arqueologia e património continuou diariamente a executar o seu trabalho em prol da defesa, estudo e valorização do património cultural.

Mais um semestre de precariedade laboral para os profissionais de arqueologia e património, mascaradas sob uma crise económica, que é passado, presente e futuro no discurso do capital e das entidades patronais. Esta não é mais que uma forma de oprimir os trabalhadores, procurando inibi-los de reivindicar por condições laborais e salariais justas e dignas.

Um semestre onde a recém-empossada direcção do STARQ, na continuidade dos mandatos anteriores, prosseguiu a demanda por melhores condições de trabalho e de vida para os profissionais da arqueologia e do património cultural, dos setores privado e público, e pela salvaguarda do património. Muito deste trabalho é invisível: aconselhamentos e apoios laborais e jurídico a associados e não-associados. Outro é mais visível: intervenções nas redes e comunicação social e através desta publicação trimestral, Interface: boletim informativo, que se convida à sua leitura. Neste sexto número, porque no STARQ acreditamos tratar-se de um dos problemas centrais nas lutas laborais e sociais, dá-se particular destaque, editorial e ao longo da publicação, à campanha e ações levadas a cabo no âmbito da Semana da Igualdade em parceria com a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN.

Em pleno confinamento as ações foram efetivas e ao mesmo tempo cumpriram todas as normas sanitárias. Assim, a campanha consistiu: 1) na visita a uma empreitada, em Lisboa, com vários profissionais de arqueologia, entre eles uma delegada sindical, para ali discutir as condições laborais, ouvir os trabalhadores e sensibilizar para questões profissionais ligadas diretamente à igualdade no trabalho; 2) através de uma conversa, entre a Sara Brito e a Sara Simões (STARQ) e a Mariana Chaves (NARQ - Núcleo de estudantes de Arqueologia, NOVA FCSH), sobre a Desigualdade de Género em Arqueologia (e não só); 3) na forma de uma campanha online, intitulada Semana da Igualdade | Unidos pelo trabalho digno em Arqueologia, nas redes sociais do STARQ.

A campanha Semana da Igualdade revelou-se um sucesso. Publicaram-se 21 participações, as que o tempo permitiu e, aquelas que melhor refletem o espírito da mesma, são republicadas ao longo deste boletim.

Num setor onde a paridade é norma, esta campanha revelou-nos, quer pelas preocupações e reivindicações demonstradas pelos participantes, quer pelas reações de resistência ou apoio, que as mesmas e a campanha receberam, que as questões da igualdade são ainda muito incompreendidas, incómodas, ou secundarizadas relativamente à precariedade que paira sobre a arqueologia.

No STARQ as questões da igualdade e da representatividade na profissão são assuntos fundamentais e indissociáveis das lutas laborais e da busca de uma sociedade melhor e mais equilibrada. Entre Abril de 1971 e Abril de 1972, em plena ditadura, foram escritas as "Novas Cartas Portuguesas", um dos manifestos fundamentais do feminismo contemporâneo, da defesa da emancipação feminina e dos direitos iguais. Na Terceira Carta IV lê-se que "Se resistente é a economia e a política – depois dos capitalismo, dos colonialismos e dos socialismos, têm vindo todos os neo e os revisionismos, e enquanto não houver máquina de fazer filhos é a mulher quem os faz, e o problema não será só de capataz ou patrão, mas o de uma sociedade ser também construída a partir disto, do significado do trabalho e de quem o faz – se resistente é a economia e a política, mais é tudo o que as sustém", reflexo das enraizadas desigualdades na nossa sociedade, hoje parcialmente sanadas, algumas das quais novas, criadas pela contemporaneidade social.

A luta sindical, na busca da igualdade e de mais dignas condições laborais quer-se coletiva, multivocal e diária e no STARQ é o que temos vindo a procurar fazer. Quantos mais formos, mais ouvidos seremos.

Sindicaliza-te, junta-te ao STARQ. MC

O sector da Arqueologia e o Salário Mínimo Nacional

No início do ano ocorreu mais uma atualização do Salário Mínimo Nacional, que passou a ser de €665. Apesar do aumento ser positivo, é claramente insuficiente, dado o custo de vida que os trabalhadores têm de fazer face, com destaque para os avultados preços das rendas de habitação. No entanto, quando analisamos o sector privado da Arqueologia, nos deparamos com um cenário ainda pior, onde é frequente trabalhadores receberem menos do que o Salário Mínimo Nacional (SMN). Estamos a falar concretamente de trabalhadores a (falsos) recibos verdes que recebem valores inferiores a €60/dia. Qualquer trabalhador que ganhe um valor inferior ao indicado e faça as devidas contribuições auferirá menos que o SMN. A razão que permite a existência e perpetuação desta situação é a enorme precariedade que caracteriza as relações de trabalho no sector. Num panorama onde não existem regras, e no

qual o Código do Trabalho está à margem, as empresas sentem-se em pleno direito de pagar aos trabalhadores valores que não são atualizados há mais de 10 anos, e que em alguns casos até diminuíram ao longo do tempo. Os argumentos exarados pelo patronato sustentam-se na afirmação de que os orçamentos não permitem salários mais altos, o que não corresponde a uma dinâmica intensa existente no sector da construção civil, na qual são frequentes as reclamações de falta de mão de obra. É urgente pôr um fim a esta enorme e inaceitável injustiça que assola a Arqueologia. Nenhum trabalhador de Arqueologia pode receber menos que o SMN, e viver abaixo do nível da pobreza. É preciso união e solidariedade entre todos os trabalhadores (falsos recibos verdes, contratados a prazo e efetivos) para lutar contra esta exploração. RB



Iniciativas e participações do STARQ

Tal como os anteriores, o 1º semestre de 2021 foi marcado por várias iniciativas promovidas pelo STARQ ou com a sua participação, representado por um ou mais dos seus dirigentes. Para além, das mencionadas neste boletim, o STARQ reforçou a sua comunicação com uma página no Twitter. Assim para além do Facebook, Instagram, email e site, podem também usar esta plataforma para se informarem sobre a nossa actividade e comunicar connosco. Para além da comunicação específica com os associados, sublinhamos que muitos dos pedidos de ajuda e manifestações de opinião nos chegam via redes sociais.

Não perdendo a lei de vista, com o objectivo de facilitar aos profissionais de Arqueologia o acesso à informação, colocamos no site do STARQ, para ser consultada e descarregada, vasta legislação nacional e internacional sobre Património Cultural e Arqueologia.

A somar a estas iniciativas, em Março, estivemos numa live do Instagram, com o NARQ - Núcleo de estudantes de Arqueologia da NOVA FCSH, a falar sobre discriminação de género em Arqueologia. Promovido pelo mesmo núcleo, a 16 de Abril, no âmbito da Semana da Carreira, sobre direitos laborais em Arqueologia.

O STARQ participou, ainda, na CONFERENCE #pubarchMEDfin - ARQUEOLOGÍA PÚBLICA EN EL CONTEXTO MEDITERRÁNEO, entre 16 e 18 de Abril. Nele apresentamos uma reflexão sobre o STARQ e, em razão do ambiente, defendemos a ideia de que garantir condições de trabalho justas e seguras é também uma forma de assegurar melhores práticas de gestão do património arqueológico público no país, com maior democratização e acesso aos bens patrimoniais por toda a população. MR

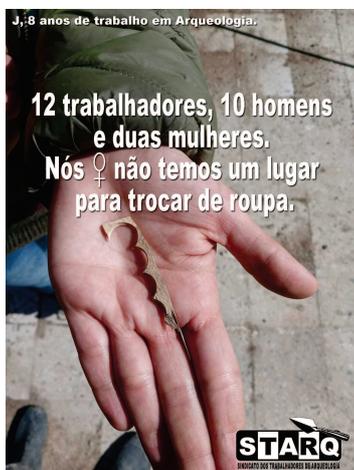
Nesses espaços, e nos anteriores, apelamos à participação num inquérito sobre comportamentos ofensivos no trabalho, do grupo Archaeology of Gender in Europe from the EAA European Association of Archaeologists e do projecto Paye ta truelle. Na rua, participamos em diversas manifestações em defesa do apoio público à Cultura e Património, contra a precariedade, por condições de saúde e segurança e pela reivindicação dos direitos laborais previstos na Lei.

3ª fase da pandemia Covid-19

No semestre de Janeiro a Junho de 2021 o STARQ continuou a desempenhar um papel de apoio face às medidas e contingências da «pandemia Covid-19». Relembramos que no site do STARQ existe um separador, actualizado frequentemente, com informação útil sobre as medidas de apoio no âmbito da Covid-19. O STARQ, através do email, está também disponível para esclarecer as vossas dúvidas. Foram disso exemplo as informações sobre: 1) a vigência do regime de protecção dos créditos das famílias através das moratórias bancárias; 2) a credencial emitida pela entidade patronal para deslocações por motivo laboral; 3) a aplicação do teletrabalho e a sua obrigatoriedade; 4) os apoios estatais (e alterações aos mesmos) aos

trabalhadores independentes (mesmo os falsos); 5) os apoios específicos para os trabalhadores independentes do sector cultural, apoio pelo qual lutamos junto do ministério e dos partidos, por inicialmente não nos incluírem; 6) as alterações às regras sanitárias e períodos de isolamento; 7) a denúncia de irregularidades de algumas empresas, nomeadamente a pressão para que não liguem para a linha da Saúde 24, em casos em que contactaram com outros infectados; e, por fim, 8) o regime de apoio excepcional à família no âmbito da suspensão das actividades lectivas. MR

"Nenhum trabalhador de Arqueologia pode receber menos que o SMN, e viver abaixo do nível da pobreza."



Novos protocolos do STARQ

O STARQ tem um trabalho contínuo de apoio aos seus associados nas mais variadas vertentes. Entre as demais, o sindicato procura permanentemente contraturalizar protocolos que visam beneficiar os sócios através de descontos e outras vantagens em diversas áreas, nomeadamente da Saúde, da Cultura, Higiene e Segurança assim como do Lazer e Bem-Estar. Neste sentido, no primeiro semestre de 2021, o STARQ estabeleceu novos protocolos com os seguintes serviços:

-Óculos para todos (Porto e Lisboa): Descontos para associados e família directa;

-Óptica 2004 (Coimbra): Consultas gratuitas e descontos para associados e família directa;

-Fábrica dos Óculos (Cacém e Chiado, Lisboa): Consulta de optometria gratuita e desconto para associados;

-Farmácia Andrade (Lisboa): Descontos em medicamentos sujeitos a receita médica e

produtos sem participação;

-Gabinete de Fisioterapia Ana Ramada (Leça da Palmeira): Oferta de consulta de avaliação e descontos;

-Axis Hotéis: Descontos nos hotéis localizados em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ofir, Vermar, Porto e Braga

As instituições descritas acima acrescem-se à lista de protocolos vigentes que podem ser consultadas no site do STARQ:

<https://starq.info/associados/protocolos/>

Relembramos que para usufruírem dos protocolos terão que mostrar o cartão de associado. São bem-vindas todas as sugestões de entidades possíveis de estabelecer protocolos e que possam ser vantajosas para os nossos associados. RG

Escrevam-nos para o endereço:
starq.arqueologia@gmail.com



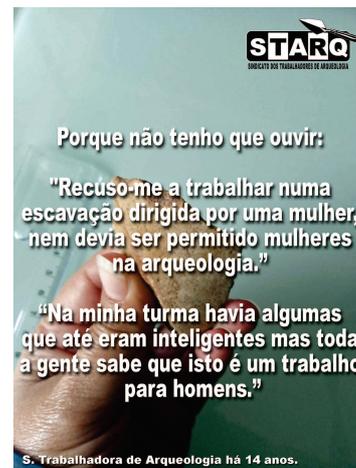
Contratações na DGPC

No primeiro semestre de 2021 foram abertos concursos para contratar trabalhadores para a Direção-Geral do Património Cultural, concretamente para o Laboratório de Arqueociências (LARC) e para o CNANS (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática). Ambos os procedimentos são o fruto da luta dos trabalhadores de Arqueologia, que através do sindicato denunciaram a falta de trabalhadores e reivindicaram estas contratações.

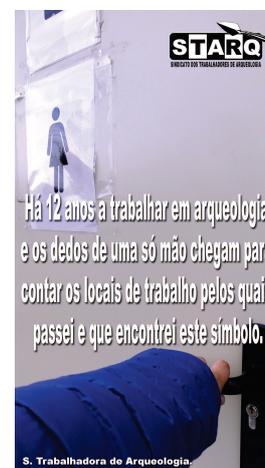
A contratação de um trabalhador, especialista em paleobotânica, para o LARC é uma reivindicação antiga. Há vários anos o STARQ refere a importância de preencher este posto trabalho, que foi um dos lugares exigidos nas negociações entre o sindicato e o ministério da cultura, no seguimento da greve dos trabalhadores da DGPC, em 2019.

Já a contratação de 3 arqueólogos e 2 conservadores-restauradores para o CNANS, é um processo que foi negociado pelo STARQ no sentido de garantir a existência de vínculos estáveis para os trabalhadores. De facto, os financiamentos para estas contratações vêm do fundo EAA Grants, no entanto, e diferentemente da posição inicial do ministério, o sindicato defendeu que estes trabalhadores tivessem um contrato de trabalho que garantisse os seus direitos, nomeadamente a sua proteção social.

Apesar do grande atraso no lançamento destes procedimentos concursais, o STARQ celebra esta vitória, que só foi possível com a luta e a resiliências dos trabalhadores. RB



"Apesar do grande atraso no lançamento destes procedimentos concursais, o STARQ celebra esta vitória, que só foi possível com a luta e a resiliências dos trabalhadores."



PRR | Apreciação do STARQ submetida à consulta pública

O STARQ exerceu o seu direito institucional e submeteu uma apreciação à consulta pública sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (consultável no nosso site). Esta apreciação foi posteriormente enviada aos partidos políticos e será alvo de defesa e negociação com Ministérios, da Cultura e outros, e com a direcção da DGPC. De forma global, para que o PRR tenha um efeito real nos objectivos a que se propõe, designadamente na eliminação do trabalho precário, na promoção da igualdade e na transição digital do Estado, será essencial um reforço de profissionais e modernização das áreas do Património Cultural, Autoridade para as Condições de Trabalho (este reforço não aparece contemplado no PRR) e fiscalização da implementação dos programas propostos, assim como a criação de outros instrumentos de combate às falsas prestações de serviços, cuja proibição deve ser imperativa em todos os programas financiados com fundos europeus, onde se insere o PRR, assim como em todas as empreitadas públicas. Na 1ª versão a Cultura surge apenas de forma residual, dispersa e sem um real eixo que enquadre as políticas para o sector, sendo graves as ausências no que diz respeito à preservação e divulgação do Património Cultural. O Património Cultural é um dos elementos fundamentais para a economia do país, como é notório pelo seu papel nos sectores do turismo, educação e ciência que,

como sabemos, empregam milhares de trabalhadores.

Ainda no âmbito do combate à Precariedade, Políticas de Natalidade, promoção da Igualdade e da Coesão Territorial julgamos urgente a implementação de uma rede de creches e Jardins de Infância que cubra todo o território, onde se guardem vagas para inscrições de última hora para trabalhadores deslocados. Sobre a Transição Digital no Sector Público, é necessário simplificar as interações dos profissionais com a Tutela, desenvolvendo as potencialidades do Portal do Arqueólogo.

As novas medidas referentes às florestas e à gestão e cadastro dos terrenos são vastas e interventivas sendo importante que, tanto na referenciação do território, como na implementação de reflorestação/reconversão de uso dos solos, se consultem os técnicos de património, não apenas para referência de bens patrimoniais existentes, como para a inventariação de vestígios inéditos. No mesmo âmbito, urge incluir uma equipa de técnicos do património no ICNF, organismo que aliás gere vários sítios arqueológicos localizados em áreas classificadas.

Com o PRR o STARQ só pode esperar e exigir que se faça das palavras actos e se combata a precariedade daqueles que vão ajudar a executar os fundos europeus. MR



"...urge incluir uma equipa de técnicos do património no ICNF, organismo que aliás gere vários sítios arqueológicos localizados em áreas classificadas."

Apoios COVID aos trabalhadores independentes

Os trabalhadores do sector da Cultura, onde se incluem os de Arqueologia, foram extremamente prejudicados pela pandemia. Não só muitas actividades encerraram como a precariedade em que assenta o sector, tornou a situação dos trabalhadores extremamente frágil. O STARQ, nas intervenções que foi tendo junto do Ministério da Cultura e do Parlamento, exigiu sempre que os apoios aprovados para os trabalhadores precários do sector se estendessem também aos profissionais de Arqueologia. Deste modo,

foi criado um Apoio Extraordinário para os Trabalhadores de Cultura em que se incluía o CAE de Arqueologia.

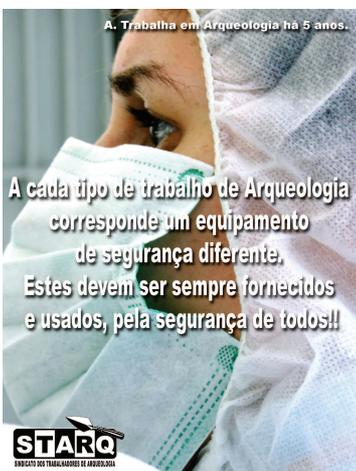
Tristemente, o processo de candidatura e aprovação dos apoios não foi bem implementado, suscitando dúvidas dos trabalhadores e também necessidade de reclamação de pedidos recusados. A todos estes problemas o STARQ procurou dar resposta, apoiando os seus associados e trabalhadores que nos contactaram. LC

Ação conjunta STARQ/FEVICOM

O STARQ esteve presente, em conjunto com a FEVICOM, numa conferência de imprensa sobre as graves situações que grassam nas empreitadas de construção civil, onde tantos trabalhadores de arqueologia se encontram, nomeadamente a falta de segurança e condições sanitárias e de testagem, mas, também, as míseras condições de precariedade.

A FEVICOM e o STARQ reclamam a implementação de uma série de medidas efectivas de fiscalização, bem como que estas atinjam uma nova dimensão, num contexto de crise pandémica. Entre outros aspectos, é necessária a fiscalização das condições de segurança, higiene e saúde nos estaleiros, em concreto das tantas vezes inexistentes casas de banho, vestiários e espaços para refeição, assim como é necessário o combate ao trabalho clandestino e aos falsos recibos verdes.

Falamos de um sector onde 70% dos trabalhadores de arqueologia tem vínculos precários, grande parte, falsos recibos verdes, e em que boa parte recebe menos que o salário mínimo, pese embora tenha formação. Falamos de um sector sustentável que assistiu, nos últimos anos, a um crescimento médio de 2,5%. Só podemos, por isso, falar de um sector que exige um contrato de trabalho e um aumento geral dos salários. MR



8ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH)

O STARQ participou na 8ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH/CGTP-IN. Nesta conferência, realizada a 2 de Junho, foram partilhados vários testemunhos e debateu-se sobre a igualdade no mundo do trabalho. Estiveram também presentes várias organizações convidadas, entre as quais: CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) e OIT (Organização Internacional do Trabalho - Escritório de Lisboa). Não só foi eleita a Direção Nacional para o quadriénio 2021-2025, como foram votados o Plano de Ação e as Linhas Prioritárias de Intervenção para este período.

Na sua intervenção, o STARQ destacou a necessária consciencialização e caracterização da profissão para a prevenção e combate ao assédio. Salientou ainda a importância do debate sobre estas práticas abusivas, bem como sobre a discriminação e desigualdade de género. Neste âmbito, frisou que a precariedade laboral em Arqueologia propicia o surgimento de situações desta natureza.

O STARQ também procurou transmitir preocupações partilhadas pelas suas associadas e associados, entre as quais se destacam a persistente precariedade do sector, a desvalorização da profissão e a falta de condições de higiene e segurança no trabalho. No que respeita ao último tópico, salientou-se que é frequente não haver casa-de-banho em intervenções arqueológicas e que este fator não só se torna mais condicionante para as mulheres, pelas

características intrínsecas ao corpo feminino, como é potenciador de problemas de saúde.

Entre as linhas prioritárias de ação que a Direção eleita na Conferência se propõe a defender, estão: o combate à precariedade; “o aprofundamento e alargamento do estudo na área dos riscos psicossociais no trabalho, agravados face à pandemia e crescimento do desemprego (stress laboral; burnout/exaustão; depressão; violência e assédio; etc.), visando o desenvolvimento de novas linhas de ação no combate às desigualdades e discriminação; o reforço e ampliação da capacidade de intervenção sindical, na área do combate à violência e ao assédio laboral, através da realização de novas ações públicas com divulgação de resultados positivos, de iniciativas que visem a melhoria da actual legislação no sentido da protecção das mulheres e homens trabalhadores vítimas de assédio patronal e de ações de sensibilização e formação sindical; a exigência de implementação de um sistema de prevenção dos factores de risco que potenciam as doenças profissionais, tecnicamente independente, ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho, tendo em conta os riscos para a saúde das mulheres, em particular da saúde reprodutiva, bem como a obrigatoriedade do patronato o aplicar, através de uma efectiva fiscalização, que faça cumprir a legislação e as normas existentes sobre SST.”¹ SB

¹Fonte: <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/organizacoes-especificas/comissao-de-igualdade-mulheres-homens/16199-linhas-prioritarias-de-intervencao-2021-2025>. Acedido em: 28 de junho de 2021.

O STARQ e o Património Arqueológico: o caso do vandalismo no Côa

O STARQ entende que são as pessoas que conferem e transmitem significado ao Património, por isso, defender o Património Arqueológico é defender os trabalhadores do sector. Seguindo esta linha de pensamento, achamos que, muito pontualmente, é nosso dever agir publicamente quando as situações de dano/perigo patrimonial são evidentes. Assim fizemos no caso da absolvição dos autores (confessos) de ações de vandalismo sobre o painel do Homem de Pisco do Vale do Côa. Decidimos, conjuntamente com o Sindicato

dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, que representa os trabalhadores da Fundação Côa Parque, emitir um comunicado onde se condenou a absolvição e se solicita ao Ministério Público e à Fundação Côa Parque que recorressem da decisão. Sabemos, hoje, que se avançou para o recurso, aguardando-se novas conclusões. Saudamos também o facto de a Associação dos Arqueólogos Portugueses ter-se constituído assistente no processo. LC

A nossa voz: 1º Maio

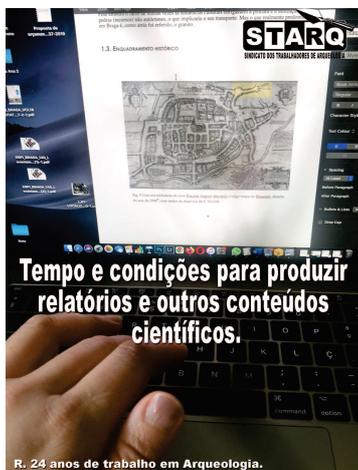
O STARQ esteve presente no 1º de Maio em Lisboa e, pela primeira vez, no Porto, cumprindo sempre todas as normas sanitárias. Nestes tempos em que enfrentamos coletivamente os perigos do coronavírus, também muitos trabalhadores enfrentam sérias dificuldades financeiras e a incerteza do futuro. Mais do que nunca é necessária a solidariedade dos trabalhadores e a luta pela manutenção e melhoramento dos direitos e rendimentos. Salientamos que em TODAS as interações que tem com a CGTP, partidos e governantes o STARQ sublinha

sempre que a precariedade e os falsos recibos verdes são o maior problema do sector de Arqueologia. Parte da estratégia para conseguir melhores condições laborais para a prática de Arqueologia passa por mostrar quem são os trabalhadores de Arqueologia, o que fazem e como fazem. O STARQ tem tentado dar aos trabalhadores de Arqueologia o destaque social que merecem tanto nas instituições como na comunicação social. Podem contar com o STARQ. MR

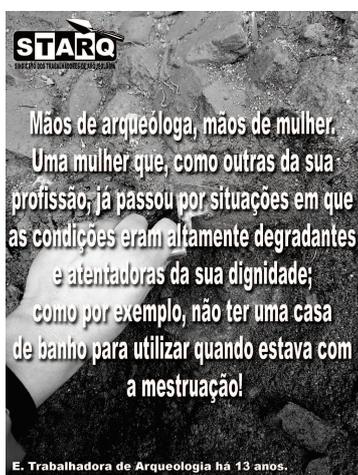


“...é frequente não haver casa-de-banho em intervenções arqueológicas e que este fator não só se torna mais condicionante para as mulheres...”





"...o STARQ levou a cabo nas suas redes sociais a campanha Semana da Igualdade | Unidos pelo trabalho digno em Arqueologia."



Eleição de delegados sindicais

Com o objectivo de ter um contacto directo, actualizado e informado junto dos trabalhadores, o STARQ procedeu à realização de duas assembleias electivas de delegados sindicais. A presença frequente nos locais de trabalho, a criação de momentos de discussão, aberta também aos trabalhadores não sindicalizados, são fundamentais para a proficuidade da acção do nosso sindicato. É fundamental que o STARQ tenha rostos e vozes permanentemente activos. Assim, é possível uma acção mais forte, assertiva e decalcada em bases democráticas, em prol dos profissionais e do património.

Desta forma, depois do primeiros actos realizados em 2018, na DGPC e Neoépica, Lda, foram eleitos nos meses de Maio e Junho, pelos trabalhadores sindicalizados na DGPC, João Marques e, pelos trabalhadores sindicalizados na Neoépica, Lda, Helena Pinheiro, como seus representantes sindicais. Estamos convictos que no próximo semestre serão eleitos mais delegados sindicais, tanto no sector público, como no privado, proporcionando uma maior organização dos trabalhadores e a melhoria das nossas condições de trabalho.

Viva os Trabalhadores de Arqueologia! MR

O Teletrabalho

A pandemia covid-19 alterou bastante as nossas vidas, uma dessas implicações foi o aumento da prática do Teletrabalho. Em arqueologia, em grande medida pela atroz precariedade praticada no sector privado, esta forma de trabalho encontrava-se, de algum modo, já implementada. Todavia, a mudança no campo laboral foi tal que implicou uma discussão sobre as condições deste regime de trabalho. Esta discussão irá refletir-se em nova legislação que será trazida à luz do dia no presente ano. É importante não esquecer que as despesas inerentes ao trabalho remoto devem ser asseguradas pelo empregador

e podem (devem) ser convertidas num acordo escrito. O trabalhador em regime de teletrabalho tem os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores, nomeadamente no que se refere a formação ou respeito pelo horário de trabalho. O empregador deve respeitar a privacidade do trabalhador e os tempos de descanso e de repouso da família deste, bem como proporcionar-lhe boas condições de trabalho. O STARQ tem acompanhado a elaboração de alguns desses acordos e pode ser consultado em caso de dúvida. MR

Acções contra as práticas de sexismo, abuso e assédio sexual em contexto laboral

A defesa e luta pela igualdade de género e no acesso a condições laborais justas e dignas para todas as trabalhadoras e trabalhadores têm sido desde sempre um dos pilares de ação fundamentais do STARQ. É neste sentido que têm sido desenvolvidas diversas ações no combate às práticas de sexismo, abuso e assédio sexual nos ambientes de trabalho onde estão presentes profissionais e estudantes da área de Arqueologia e Património.

Para assinalar o Dia Internacional da Mulher, durante a semana de 7 a 13 de Março, o STARQ levou a cabo nas suas redes sociais a campanha Semana da Igualdade | Unidos pelo trabalho digno em Arqueologia. Às associadas e associados, foi pedida a partilha de fotografias e frases representativas das suas preocupações e lutas laborais. Muitas delas refletiam a inquietação com o sexismo e assédio existentes em contexto laboral.

Ainda durante essa semana, o STARQ foi convidado pelo Núcleo de Estudantes de Arqueologia da FCSH (NARQ), para a conversa Desigualdade de Género em Arqueologia (e não só), durante a qual se debateu sobre discriminação de género e arqueologia e a importância desse mesmo debate para uma prática mais saudável da disciplina. Foi um importante espaço de reflexão, debate e de partilha de experiências.

Consciente da necessidade de caracterizar melhor a prática arqueológica no que respeita a este assunto, bem como de estimular um debate mais amplo sobre a presença e influência do sexismo e abuso sexual na profissão e o seu

impacto na vida dos(as) profissionais, o STARQ desenvolveu o inquérito "Sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia". Trata-se do primeiro inquérito sobre o assunto levado a cabo em Portugal, esperando-se que os seus resultados contribuam para o estabelecimento de medidas de apoio, prevenção e combate às práticas abusivas, adequadas às particularidades do sector.

Um dos meios de combate ao assédio será a luta pelo cumprimento do quadro legislativo no que respeita à implementação de Códigos de Conduta nos locais de trabalho, tanto no sector privado como público, através da criação de normas, como Códigos de Conduta ou Ética, nas instituições e nas empresas. A Lei_73/2017, de 16 de agosto, vigente desde 1 de outubro de 2017, estabelece uma obrigação de âmbito laboral segundo a qual as empresas com 7 ou mais trabalhadores são obrigadas a ter "Código de Conduta", para prevenção e combate ao assédio no trabalho. A sua falta é considerada uma contraordenação grave (nova redação da alínea nº 7, do art. 127º do Código do Trabalho). Neste sentido, considerando a realidade do sector privado em Arqueologia, caracterizado pela prevalência de Pequenas Empresas, frequentemente com menos de 7 trabalhadores(as), o STARQ está ciente de que a conquista da existência de "Códigos de Conduta" nos locais de trabalho implica uma forte ação de consciencialização, bem como o recurso a iniciativas sindicais de sensibilização e divulgação no terreno. SB & SS

Comissão parlamentar

No dia 13 de Abril, a pedido do Bloco de Esquerda, o STARQ participou numa audição da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação onde expôs os problemas do sector, nomeadamente as condições laborais e precariedade sentidas no âmbito da Arqueologia, as quais se vieram a agravar com o actual estado pandémico.

Sendo as principais linhas de acção do STARQ os direitos dos trabalhadores de Arqueologia, o sindicato frisou os problemas resultantes de um processo de deterioração de décadas do sector, nomeadamente:

1. A actividade do sector cada vez mais subsidiado pela construção civil – o tipo de intervenção da Arqueologia de Salvaguarda foca-se exclusivamente na preservação de património, descurando-se o estudo e valorização do património. À excepção de algumas autarquias, o Estado não investe na investigação, conservação, valorização e divulgação do Património Cultural;

2. Contratação de arqueólogos para os municípios – são as equipas de arqueologia municipal que permitem um melhor conhecimento do território, bem como uma mais próxima e maior protecção e valorização do património;

3. Precariedade e baixos salários dos trabalhadores – cerca de 70 a 75% dos arqueólogos têm vínculos precários, grande parte são falsos recibos verdes e muitos recebem valores líquidos mensais que chegam a ser inferiores ao salário mínimo nacional;

4. Falta de condições laborais – nomeadamente no que concerne ao domínio da higiene e segurança. Não são concedidos espaços específicos para a realização de refeições ou são garantidas casas-de-banho nos locais de trabalho;

5. Precariedade e as mulheres trabalhadoras – são especialmente lesadas e têm dificuldades em conciliar o trabalho com a maternidade, acabando por abandonar o sector;

6. Assédio moral no trabalho – muitos profissionais recebem avançar com denúncias perante a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), por medo de represálias por parte das entidades empregadoras;

7. Falta de trabalhadores da DGPC – prevê-se a aposentação de 300 técnicos nos próximos 4 anos nos Museus, Palácios, Monumentos, Laboratório e Serviços da DGPC. Foram apenas anunciadas 20 contratações pelo (ex-) Director-Geral da DGPC o que são, claramente, insuficientes;

8. Abertura de 100 “falsas” bolsas – foi anunciada a abertura de 100 bolsas para doutorandos para o programa Ciência no Património Cultural, com o intuito de colmatar a falta de trabalhadores na DGPC. A contratação temporária de investigadores com vínculo precário não serve o património nem os profissionais, que no fim das suas bolsas terão de abandonar os serviços, prosseguir de bolsa em bolsa, ou continuar a trabalhar, sem qualquer vencimento, à espera do próximo PREVPAP;

Só a partir da defesa dos direitos dos trabalhadores é possível dignificar o trabalho dos profissionais e demonstrar a importância da Arqueologia. Sem um tecido laboral estável não é possível promover a conservação, valorização, divulgação e fruição do Património Cultural. RG



Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia

STARQ - Rua Jardim do Tabaco, N.º 90, 2º Dto. 1100-288 Lisboa

913 362 097

starq.arqueologia@gmail.com

www.starq.info

www.facebook.com/starqueologia



**UNIDOS TEREMOS
MAIS FORÇA!**



Ficha Técnica:

- Propriedade | STARQ
- Editor | Cézer Santos
- Revisão | Miguel Rocha, Mauro Correia, Liliana M. Carvalho, Sara Simões, Regis Barbosa, Raquel Gonzaga
- Textos | Liliana M. Carvalho, Sara Brito, Sara Simões, Raquel Gonzaga, Regis Barbosa, Miguel Rocha, Mauro Correia